

As violações de direitos humanos e o silenciamento de parlamentares no Brasil contemporâneo: os casos de Marielle Franco e Jean Wyllys¹

Guilherme Antunes Ramos²

Resumo

O artigo pretende analisar dois casos de recentes violações de direitos humanos relacionados à atuação parlamentar no Brasil contemporâneo, quais sejam, o assassinato da vereadora Marielle Franco e o exílio autoimposto pelo deputado federal Jean Wyllys, em virtude do recebimento de ameaças direcionadas a ele e à sua família, motivadas principalmente por posicionamentos e ideias defendidos publicamente. Aventa-se que ambos os casos são ilustrativos da fragilidade institucional brasileira em se tratando da garantia de preservação de direitos basilares, referendados na percepção de uma dignidade humana inata, os direitos humanos. Para além disso, evidenciam estratégias de silenciamento que comprometem o pleno exercício da democracia, uma vez que se acredita que tanto o assassinato de Marielle Franco quanto as ameaças proferidas contra Jean Wyllys articulam-se intimamente a bandeiras políticas defendidas e a ações praticadas por cada um deles em seus respectivos mandatos. O Brasil, com efeito, tem se tornado um país hostil aos ativistas de direitos humanos, sendo atualmente o país recordista em assassinato de defensores de direitos humanos e ambientais (Bergamo, 2018). Assim sendo, os casos de Marielle Franco e Jean Wyllys, longe de se configurarem em situações de violência episódica, devem ser devidamente situados em uma conjuntura mais ampla de adversidade em relação ao ativismo em prol dos direitos humanos. Avalia-se ainda que as eleições ocorridas em 2018, ao terem resultado na ascensão de um grupo ultrarreacionário, teriam corroborado para a acentuação desse cenário de adversidade, tanto pela inação, em termos de políticas públicas combativas, quanto pela relativização e resignificação, no plano doutrinário, de ações de violência e cerceamento ao livre pensamento, por parte de importantes autoridades que assumiram cargos públicos de notória relevância. Espera-se, por intermédio deste ensaio, suscitar debates de fundamental importância para se compreender uma série de questões que se apresentam no cenário brasileiro contemporâneo, mormente a violação de direitos humanos e a perseguição aos seus defensores, o que compromete o real exercício da democracia ao inviabilizar o diálogo e a pluralidade de ideias.

Palavras-Chave: direitos humanos e atuação parlamentar; democracia brasileira; violações de direitos humanos no Brasil.

¹ Trabalho redigido para apresentação no X Congresso Latino-Americano de Ciência Política da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), em coordenação com a Associação Mexicana de Ciências Políticas (AMECIP), organizado em colaboração com o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM), e ocorrido nos dias 31 de julho, 01, 02 e 03 de agosto de 2019. Eixo temático no qual se insere o trabalho: Direitos Humanos e Reformas Constitucionais.

² Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: guilhermeramos.ir@gmail.com

Introdução

A etimologia da palavra “democracia” identifica suas raízes na Antiguidade Clássica Grega. Surgido a partir da aglutinação das palavras “demos” (δῆμος) e “kratos” (Κράτος) (Moisés, 2013), este termo passou a designar uma nova relação entre governantes e governados, em oposição à monarquia (o governo de um sobre todos) e à oligarquia (o governo de poucos sobre muitos). A gênese da democracia, desde logo, envolve um singular envolvimento do *demos* na condução da vida pública, bem como a vocalização de suas demandas e necessidades com vistas ao seu atendimento pelo poder público. Embora milenar, a democracia foi sendo gradativamente remodelada, com base tanto nas experiências práticas de sua implementação quanto no esforço filosófico/teórico depreendido por importantes pensadores no sentido de se refletir sobre a legitimidade do poder temporal e sua relação com a provisão de bens de interesse coletivo. Questões como participação popular, representatividade, defesa das liberdades individuais e a assunção de uma igualdade formal partilhada por todos passariam, com efeito, a imiscuir-se em definitivo com o *ethos* da democracia, gerando a conceituação de democracia liberal que se irradiou ao longo dos séculos por todo o globo, pretendendo-se como modelo universal de articulação social e política que melhor atenderia as necessidades do ser humano enquanto espécie indelevelmente gregária.

Um dos mais expressivos desmembramentos do desenvolvimento da democracia enquanto forma de regulação da vida social foi a criação de instituições direcionadas à intermediação da relação Estado-sociedade. Dentre as referidas instituições, destaca-se o Parlamento. A palavra “Parlamento” tem origem provável no vocábulo latino *parolare*, que pode ser traduzido ao português como falar, dialogar (Origem da Palavra, 2017). Conforme pontuam os autores Sathler e Sahtler (2016), o Parlamento surge com a proposta de se constituir como um espaço de representação política, dando voz às aspirações populares e apresentando-se como uma grande arena de diálogo. O Parlamento simbolizaria, portanto, a diversidade de interesses e a pluralidade de vozes que ecoam pela sociedade, sendo os parlamentares representantes diretos de indivíduos e coletivos e de suas bandeiras políticas. Atualmente, considera-se a existência dessa instituição, bem como o seu pleno

funcionamento, como imprescindíveis para a manutenção de democracia, sendo uma das primeiras medidas recorrentemente tomadas em situações de rupturas democráticas a dissolução ou controle do Parlamento, que adquire a conotação do silenciamento de vozes dissonantes. Afastar parlamentares significaria, portanto, impedir a representação política e neutralizar a possibilidade de que os anseios de setores populares significativos pudessem ser considerados quando da formulação de políticas. O parlamentar seria, nesse sentido, uma ponte de ligação entre o particular e o público, o meio através do qual as mais diversas vozes da sociedade poderiam se fazer ouvir pelos *policy makers*.

Uma segunda manifestação do desenvolvimento da democracia foi a sua cada vez mais indubitável ligação com os direitos humanos, compreendidos como um conjunto de direitos a serem universalmente usufruídos por todos os seres humanos, independentemente de quaisquer atributos que os possam distinguir entre si. Os direitos humanos adentraram em definitivo os vocabulários políticos nacionais e internacional ao longo do século XX, cristalizando o acesso a uma série de direitos e criando mecanismos aperfeiçoados destinados à sua provisão, os quais incluem arranjos internacionais como tratados e mesmos tribunais penais, a exemplo do Tribunal Penal Internacional (TPI). Considera-se que o advento dos direitos humanos atende a uma nova orientação ética que reconhece todos os indivíduos humanos como dotados de uma mesma dignidade inata. Os direitos humanos representariam a parte mais bela e importante de toda a História, haja visto que sua emergência refletiria, segundo Comparato (2015, p. 10), “a revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza”. Comparato (2015) credita aos direitos humanos a concepção de um projeto de alcance universal que, ao abstrair as diferenças, uniria toda a humanidade em torno de princípios comuns.

Considera-se que a relação entre direitos humanos e democracia opera a partir de uma lógica dialética, e que interferências em um dos polos produzem repercussões sobre o outro. Uma breve reconstituição histórica dos

direitos humanos sugere que muitos dos direitos que atualmente incorrem nesta terminologia originaram-se de sublevações contra privilégios estamentais³. Seriam, por conseguinte, o resultado de disputas que traduziriam aspirações populares e seu reconhecimento no âmbito do Estado. Ademais, diversos dos direitos já elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), considerada como documento edificante dos direitos humanos, dependem sobremaneira de um substrato democrático para se fazerem sentir. O direito à liberdade de opinião e expressão (Artigo XIX), a título exemplificativo, é um desses direitos. Outrossim, a declaração de 1948 estabelecia, em seu artigo XXI, que “A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto” (Organização das Nações Unidas, 2009, p. 11). Ao enfatizar a soberania da vontade popular e o direito de votar e ser votado, a DUDH desvelaria a relação entre direitos humanos e democracia. Considera-se ser a democracia um dos principais bastiões dos direitos humanos, um requisito *sine qua non* para sua efetiva promoção.

Este é um trabalho que versa sobre democracia e direitos humanos. Possui um recorte espacial-temporal bastante específico, a saber, o Brasil do século XXI. Propõe-se a estudar dois notórios casos de recentes violações de direitos humanos no país, quais sejam, o assassinato de Marielle Franco, vereadora eleita pelo município do Rio de Janeiro e executada durante seu segundo ano de mandato, e o autoexílio do deputado federal Jean Wyllys, que se viu obrigado a abandonar o cargo para o qual havia sido reeleito e deixar o seu país de origem em virtude do recebimento de ameaças de morte. Considera-se que ambos os casos possuem diversas similaridades: tanto Marielle Franco quanto Jean Wyllys eram filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e defendiam pautas progressistas alinhadas ao espectro político da esquerda. Ademais, ambos faziam parte de coletivos minoritários, sendo figuras de origem humilde, identificadas como negras e de orientação sexual desviante dos padrões heteronormativos. Acima de tudo, ambos eram

³ Para maiores informações acerca da trajetória histórica dos direitos humanos, ver: Comparato, F. K. (2015). *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos* (7a ed). São Paulo: Saraiva, e Hunt, L. (2009). *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras.

parlamentares, ou seja, representavam segmentos da população brasileira e davam voz aos seus apelos. Ao resultarem no silenciamento de vozes, tais violações de direitos humanos podem se apresentar como sintomas de uma importante crise pela qual atravessa a democracia brasileira.

Aventa-se ainda a hipótese de que as violações de direitos humanos constatadas nos casos Marielle Franco e Jean Wyllys devem ser pensadas à luz de acontecimentos recentes do desenvolvimento da democracia brasileira. Mais particularmente, precisam ser situados dentro de um contexto mais amplo de crescimento vertiginoso de um movimento ultrarreacionário que culminou na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República e de parlamentares e governadores alinhados a partidos políticos e movimentos de extrema direita. Os resultados eleitorais são interpretados como desmembramentos da emergência de uma ideologia ultrarreacionária, refratária aos avanços sociais e à própria concepção de direitos humanos como um projeto universal, e que criam, no campo discursivo, um “inimigo” a ser combatido, o qual acaba por abarcar personagens como Marielle Franco e Jean Wyllys. Tornados inimigos, as violações de direitos desses dois parlamentares são moralmente relativizadas diante da progressão de uma retórica fortemente vitriólica que os concebe como figuras altamente nocivas e, subsequentemente, celebra o silenciamento de suas vozes. Essa retórica, ao ser partilhada por figuras públicas como o próprio presidente da República, corroboraria para a manutenção de um estado belicista que enxerga no outro um inimigo a ser combatido, um ser inferior destituído de direitos e virtudes, e não como um *alter ego* a ser considerado dentro de um contexto democrático de debate e respeito à pluralidade de ideias. A construção de inimigos deslegitimaria bandeiras e subverteria a própria diversidade social em favor de uma concepção homogeneizadora de ideal social.

A opção metodológica, conforme já referido, consiste no estudo de caso. Em termos teóricos, o estudo enfatizará uma dimensão discursiva partilhada por autores pós-estruturalistas como Ashley (1988) e Campbell (1998). Ambos os autores acreditam no poder constitutivo dos discursos, os quais, segundo suas visões, criam realidades. Essa assunção conduzirá à análise de alguns discursos ilustrativos a fim de evidenciar o que se identifica como um processo

de construção discursiva de inimigos internos no Brasil e as subsequentes deslegitimação de suas pautas e ressignificação das violações de direitos humanos que sofrem. Em síntese, os discursos ajudam a mostrar como personalidades como Marielle Franco e Jean Wyllys são apresentadas à opinião pública como altamente perniciosas e defensoras de bandeiras prejudiciais ao país. As violações que sofreram, assim sendo, não deveriam ser objeto de consternação, mas, para muitos, mesmo de celebração.

Devido ao recorte espacial-temporal, o trabalho desenvolvido tenciona refletir sobre o tempo presente brasileiro. Pensar acontecimentos recentes é sempre desafiador. Com efeito, a inexistência de um lapso temporal maior torna mais difícil a aferição de relações causais, as quais, via de regra, dependem de uma observação continuada ao longo do tempo. Ademais, pode-se destacar como um elemento agravador adicional a carência de textos acadêmicos que versem explicitamente sobre o tema. Assim sendo, considera-se o presente estudo como de natureza exploratória, na medida em que suscita uma série de questões referentes à atualidade brasileira sem pretender, no entanto, apresentar explicações pormenorizadas para um fenômeno ainda em curso. As fontes de pesquisa serão eminentemente secundárias, compreendendo trabalhos acadêmicos bastante recentes. A eleição de fontes recentes não é, com efeito, fortuita: haja vista a consideração desse estudo como exploratório, optou-se por enfatizar produções recém desenvolvidas que dissertam sobre o tema em questão, em detrimento de estudos produzidos em outros contextos, os quais, ainda que pudessem suscitar reflexões altamente profícuas, não possuem o mérito da atualidade. Produções mais antigas não foram descartadas; no entanto, a maior parte da bibliografia de apoio consiste em obras recentes.

Destaca-se ainda que, dada a premissa teórica que admite uma centralidade inequívoca dos discursos para a conformação de realidades, serão utilizados como referências discursos ilustrativos, os quais adquirem, para o estudo, a conotação de fontes primárias, uma vez que traduzem, integralmente, as realidades que estão sendo conformadas no Brasil. Esses discursos serão mobilizados em favor do teste empírico da hipótese segundo a qual as violações de direitos humanas manifestas nos casos em estudo devem

ser compreendidas em um contexto mais amplo de construção discursiva de inimigos. Enfatiza-se ainda que, novamente devido à atualidade do tema e à indisponibilidade de um número considerável de produções acadêmicas que dissertem diretamente sobre ele, serão utilizadas também importantes fontes não-acadêmicas, sobretudo notícias de periódicos e ainda um documentário recentemente produzido sobre a democracia brasileira.

O trabalho se subdivide em duas grandes partes: a primeira delas objetiva promover uma retrospectiva dos principais acontecimentos referentes ao desenvolvimento da democracia brasileira nos últimos anos; a segunda propõe-se a apresentar cada um dos casos analisados, a execução de Marielle Franco e o autoexílio de Jean Wyllys, além de analisar os casos descritos segundo a hipótese destacada de que eles devem ser avaliados em face da emergência de ideologias ultrarreacionárias, além de argumentar que essas violações de direitos humanos, em específico, são representativas de uma grande crise da democracia brasileira.

Democracia em vertigem: reação conservadora, bolsonarismo e a polarização política no Brasil contemporâneo

Hoje, enquanto sinto o chão se abrir embaixo dos meus pés, temo que a nossa democracia tenha sido apenas um sonho efêmero.

Petra Costa

As palavras supracitadas foram ditas por Petra Costa em documentário recentemente produzido sobre a democracia brasileira. Idealizadora e diretora do documentário “Democracia em vertigem”, a cineasta acompanhou os bastidores da política brasileira nos últimos anos, confrontando as imagens registradas e os relatos que recolheu com suas próprias percepções e a de seus familiares mais próximos. A autora retorna à década de 1980, período em que o Brasil ainda vivia sob ditadura militar, para destacar como se estruturaram os principais acontecimentos subsequentes em se tratando da consolidação da democracia brasileira durante o período de redemocratização. Nesse ínterim, a autora destaca a emergência do Partido dos Trabalhadores e, mais particularmente, de Luiz Inácio Lula da Silva como figura protagônica e

representativa dos interesses das classes populares. Petra destaca desde a euforia inicial advinda da eleição de Lula em 2002, passando pelo controverso processo de *impeachment* que culminou na destituição de Dilma Rousseff em 2016 e chegando finalmente aos acontecimentos que circunscreveram e resultaram na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Para a cineasta, o modo pelo qual os últimos acontecimentos referentes à democracia brasileira se sucederam são ilustrativos de que a democracia brasileira talvez nunca tenha passado de uma utopia. Ao menos se considerada a democracia como exercício da soberania popular, de expressão máxima do poder do *demos*.

A democracia brasileira tem sido, com efeito, objeto de intenso debate no campo acadêmico, no meio midiático e mesmo em termos de senso comum. Altercações em torno da natureza do processo de *impeachment* de 2016, sobretudo, envidaram uma intensa reflexão sobre a democracia brasileira. O Partido dos Trabalhadores, ao qual se filiava a então Presidente Dilma Rousseff, caracterizou o referido processo de um golpe, e tal caracterização foi igualmente adotada por parte da opinião pública e por acadêmicos como Souza (2019), Reis e Soares (2017). Outros, como Freixo e Pinheiro-Machado (2019), classificam o episódio como um *soft-coup*. Não obstante a denominação, fato é que diversos autores identificam nesse acontecimento um momento de ruptura democrática, por enxergar nele a manipulação de um instituto essencialmente democrático, o *impeachment*, para fins de afastamento de uma presidente que representava um projeto de poder alheio a determinados interesses. O impedimento de Dilma Rousseff é, certamente, um dos mais controvertidos acontecimentos na História da redemocratização brasileira.

Pensar a democracia recente, contudo, demanda uma reflexão para além do impedimento de 2016. Mais recorrentemente, os analistas políticos elegem por marco inicial para se pensar a pretensa crise da democracia brasileira nos dias atuais as manifestações de massa ocorridas no ano de 2013. À época, as hoje conhecidas *Jornadas de Junho* mobilizaram milhões de pessoas em protestos de rua ocorridos simultaneamente em diversas cidades brasileiras. O estopim fora o aumento das passagens de ônibus (Teixeira, 2018). Embora pretendessem ser apartidárias e advogassem pela provisão de

direitos, as manifestações de massa ocorridas em 2013, consideradas atípicas em um país como o Brasil, foram sendo gradativamente canalizadas por movimentos de direita, como os movimentos Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua e Revoltados Online (Messenberg, 2019). “O gigante acordou”, o então mote das manifestações de rua, passou a ser utilizado em favor de pautas reacionárias e contra as bandeiras de esquerda. O antipetismo como ideologia política teria começado a ser gestacionado sobretudo a partir de então⁴.

A utilização das chamadas Redes Sociais foram fundamentais para a composição do antipetismo e para que esta ideologia em particular adquirisse seguidores e se desmembrasse em manifestações de rua. Messenberg (2019) produz uma extensiva análise de discursos proferidos por célebres figuras alinhadas ao espectro da direita e da extrema-direita nas redes sociais *Facebook* e *Youtube*. A análise de discursos de formadores de opinião, inclusive do atual presidente, Jair Bolsonaro, teriam revelado, para a autora, que o antipetismo havia se transmutado de divergências político-ideológicas a uma espécie de vertente do neofascismo. Segundo argumenta a autora:

Os conteúdos das emissões discursivas que sustentam o antipetismo revelam não só a sua virulência, como o seu caráter neofascista. A eleição de ‘bodes expiatórios’ é um dos mais tradicionais mecanismos políticos para amenizar o ódio e as frustrações de parcelas da sociedade, que se veem ameaçadas diante daquilo que sentem como agressões ao mesmo tempo difusas e brutais ao seu mundo. (Messenberg, 2019, pp. 37-38)

A autora defende seu argumento aludindo ao fato de que discursos antipetistas circulantes nas redes sociais “envolvem, de forma extremada conteúdos de natureza homofóbica, sexista, racista e xenófoba” (Messenberg, 2019, p. 41). O descontentamento com o Partido dos Trabalhadores, o antipetismo, teria se feito acompanhar pelo recrudescimento de posições extremadas, e a incompreensão de processos políticos complexos teria sido utilizada para a “construção de bodes expiatórios, um modo historicamente eficiente de canalizar frustrações e ressentimentos sociais” (Souza, 2019, p.

⁴ Ressalta-se, no entanto, que autores como Marcelo Alves dos Santos Júnior identificam as origens do antipetismo em momentos anteriores, como a crise do Mensalão que eclodiu no ano de 2005 (Santos, 2019, p. 49). Para os propósitos do presente trabalho, no entanto, se utilizará como marco as manifestações de junho de 2013.

252). O ativismo de direita, organizado em redes sociais e também influente sobre as mídias tradicionais, teria ainda convertido as lideranças ligadas ao Partido dos Trabalhadores em “inimigos a serem combatidos”. Essa é a conclusão a que chega o autor Marcelo dos Santos Junior, ao analisar mensagens de cunho antipetista proferida na página “TV Revolta”, na rede social *Facebook*:

As mensagens adotam a estratégia de situar o PT como o propulsor de tudo o que há de errado no país e construir um antagonismo nós/eles com a finalidade de caracterizar as lideranças petistas como inimigos que devem ser derrotados e, no limite, presos. Utilizando-se de memes e piadas ácidas, o canal recorre à retórica hostil para minar a legitimidade das instituições democráticas representativas por meio de vieses antipartidário, antiesquerdista e antiestablishment. (Santos, 2019, p. 48).

Embora o antipetismo, a ideologia refratária ao Partido dos Trabalhadores e seus associados, não seja objeto de investigação do presente estudo, considerou-se oportuno mencioná-lo na medida em que se reconhece que tal ideologia adquiriu um caráter eminentemente antiesquerdista que reverberou sobre parcela significativa da população brasileira. Esse antiesquerdismo teria se originado das conquistas sociais advindas durante os governos petistas e do reconhecimento de direitos de minorias como negros, indígenas e homossexuais. Em sua base, estaria uma reação ultraconservadora e autoritária à crescente visibilidade de grupos minoritários e tradicionalmente marginalizados na política brasileira. A agressividade discursiva, embora alvejasse primeiramente o Partido dos Trabalhadores, rapidamente atingiu outros alvos, conforme resume Jessé Souza:

Primeiro o PT, criminalizado e estigmatizado como todas as organizações populares no Brasil. Mas também os gays, os negros, os índios, as mulheres, os nordestinos e todos que possam se tornar presas fáceis de uma agressividade sem direção. (Souza, 2019, p. 257).

Vítimas da agressividade discursiva, os grupos e minorias serão convertidos em inimigos através de retóricas de inimizade. E, ao sê-lo, deixarão de ter seus direitos reconhecidos, sendo inferiorizados e objetos de violência, simbólica e real. Conforme pontua a autora Ana Luiza Flauzina:

O inimigo é um ser inferiorizado, despojado de seus atributos de cidadão, que passou por um processo de desumanização, de descaracterização como sujeito de direitos; portanto, ele é matável, agredível e descartável. O estigma faz com que o sujeito que é

enquadrado nele seja visto como diminuído ou estragado. (...) As relações sociais se resolvem desta forma na dicotomia social entre salvadores e condenados, ‘homens de bem’ e bandidos. (Flauzina, 2019, p. 84)

Para a autora, em tempos de reação conservadora, o inimigo “pode ser a mulher que luta por seus direitos reprodutivos ou professores que se identificam com posições políticas à esquerda” (Flauzina p. 88). Em síntese, a esquerda passa a ser concebida como inimigo. E, nesse cenário de intensa polarização, identifica-se uma forte crise democrática, uma vez que bandeiras políticas e direitos se tornam alvo de tentativas de silenciamento e supressão. O respeito à pluralidade de ideias e à diversidade social, requisitos democráticos, é substituído pela construção de um estado de belicosidade interna expresso a partir da construção de dois eixos: um moral, edificador, correto; outro imoral, destruidor e subversivo.

O bolsonarismo emerge nesse contexto de reação ultraconservadora. Segundo os autores Adriano de Freixo e Rosana Pinheiro-Machado:

o bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. Tal visão ganhou bastante força nesta última década em várias partes do mundo, se alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No Brasil, ela iria encontrar a sua personificação no ex-capitão e em seu estilo de fazer política, calcado na lógica do ‘contra tudo que está aí’, apesar de ele mesmo ser parte do establishment político desde 1988, quando disputou e venceu sua primeira eleição. (Freixo & Pinheiro-Machado, 2019, p. 19).

A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018 surge, portanto, na esteira de um processo de antagonismo a pautas de esquerda e construção de inimigos. Embora a definição supracitada não seja passível de críticas⁵, há que se considerar que ela traduz a retórica fortemente antiesquerdista que se difundiu no Brasil nos últimos anos, a qual teve na figura

⁵ Maria Regina Soares de Lima e Marianna Albuquerque, por exemplo, rechaçam a definição referida por por acreditarem que a utilização desse termo contribui para a construção da figura do “mito”, dando protagonismo para um personagem “que não é nem o formulador central das ideias, nem as aplica de forma sistemática e racionalmente ordenada” (Lima & Albuquerque, 2019, p. 15). Para as autoras, o avanço da reação conservadora no Brasil deve ser situado em um contexto mais amplo de recrudescimento do conservadorismo, capitaneado pela ascensão mundial de narrativas de direita.

do próprio presidente um de seus principais reprodutores. Durante ato de campanha em 2018, no estado do Acre, o então candidato afirmou: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá”. Essas palavras foram acompanhadas de gestos em que se simulava o segurar de um fuzil e o disparo de tiros. Ainda em campanha, no mesmo ano, Jair Bolsonaro anunciou: “Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” (Bolsonaro, J. como citado em Kokay, 2019). Considera-se que é nesse cenário de crise democrática e beligerância, protagonizado por figuras saudosistas da ditadura militar, autoras de frases misóginas, racistas e homofóbicas, que os casos em estudo precisam ser analisados.

A execução de Marielle Franco e o autoexílio de Jean Wyllys: as violações de direitos humanos em um contexto de crise democrática e reação conservadora

Nossa voz, muitas vezes silenciada, terá de ser ouvida.

Marielle Franco

“Eu sou Marielle Franco. Mulher, negra, mãe, da favela. Eu sou porque nós somos”. Essa apresentação, bem como a frase inserida na epígrafe que introduz esta seção do trabalho, foram extraídas diretamente do vídeo institucional produzido pela equipe de Marielle Franco quando de sua candidatura ao cargo de vereadora do município do Rio de Janeiro, no ano de 2016 (Franco, 2016). Em sua primeira candidatura a um cargo eletivo, Marielle acabou sendo eleita com 46.502 votos, se tornando a quinta vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro naquele pleito (O Globo, 2018). Estreante na política, a ativista se utilizaria de seu cargo para advogar em prol dos direitos humanos, sobretudo dos direitos das mulheres, dos negros, das populações de áreas carentes e das minorias como homossexuais. Sua rápida ascensão na política seria brutalmente interrompida no dia 14 de março de

2018, quando a vereadora foi brutalmente executada em um crime que segue sem elucidação.

Nascida Marielle Francisco da Silva (1978-2018), Marielle Franco cresceu no complexo da Maré, área carente localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O fato de ter nascido e crescido em uma região extremamente pobre teria grandes repercussões sobre a identidade de Marielle como ativista em prol dos direitos humanos e sua subsequente atuação política. Segundo Marielle, “entre os becos e vielas da favela, sobreviver é a nossa maior resistência” (Franco, 2016). A condição de pobreza extrema do cenário em que Marielle Franco construiu sua trajetória impôs diversas condicionalidades ao seu desenvolvimento intelectual e profissional. Em sua dissertação de mestrado, a também acadêmica afirmou que “favelado pra subir na vida além de pegar o elevador, tem que se esforçar muito.” (Franco, 2014, p. 3). Malgrado as adversidades, Marielle conseguiu obter uma bolsa de estudos integral para cursar Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), tendo ainda cursado mestrado na área de Administração Pública (Fuks, 2019). A obtenção de tais titulações tornou Marielle Franco uma exceção à regra comum à realidade das favelas, em que o acesso ao Ensino Superior é praticamente vedado em virtude da precariedade do ensino básico e de imperativos mais prementes, como a inserção no mercado de trabalho, além da violência epidêmica nesses locais que vitimiza inúmeras pessoas, sobretudo negras.

Após perder uma amiga próxima para a violência característica das favelas, Marielle Franco resolveu se dedicar à militância pelos direitos humanos (Fuks, 2019). Primeiramente dentro da própria favela da Maré, onde integrou projetos como o Redes na Maré, e posteriormente trabalhando ao lado de Marcelo Freixo enquanto o mesmo atuava como deputado estadual. Dentre as pautas de Marielle Franco se situavam a já referida defesa dos direitos humanos e a denúncia de episódios de violência policial direcionada sobretudo contra negros e favelados.

Marielle Franco decidiu adentrar em definitivo a política por recomendação de Marcelo Freixo, seu amigo pessoal. Filiando-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido de esquerda e notabilizado pela defesa

dos direitos humanos, Marielle se lança candidata à vereadora em 2016, sendo eleita. Em seu mandato como vereadora, se tornou célebre pela defesa de projetos associados aos direitos da mulher, da população LGBT e da melhoria da qualidade de vida nas áreas carentes do Rio de Janeiro. Sua execução em 2018 tornou a vereadora ícone máximo do estado de extrema adversidade que adstringe o ativismo em prol dos direitos humanos no Brasil. Marielle Franco havia se tornado uma das estatísticas que tanto buscava reduzir.

Em seu blog pessoal, Jean Wyllys de Matos Santos se apresenta como “escritor, jornalista, mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, criador, roteirista e apresentador do Cinema em Outras Cores e ativista de direitos humanos. LGBT com orgulho de si, exerceu dois mandatos como deputado federal e é cidadão do mundo” (Wyllys, n.d.). Nascido em Alagoinhas, cidade do interior do estado da Bahia, Jean Wyllys, a exemplo de Marielle Franco, também cresceu em um ambiente de pobreza e privações extremas. Declarou que sua família chegou a viver abaixo da linha da pobreza. Aliadas à depauperação material, as dificuldades se somavam a problemas internos da família, mormente o alcoolismo que vitimava seu pai. Apesar das condições adversas, Jean logrou ascender socialmente por intermédio da educação. Além disso, conquistou o prêmio de R\$ 1.000.000,00 ao vencer o *Reality Show* Big Brother Brasil, adquirindo reconhecimento público. Jean aproveitou-se da celebridade conquistada para construir uma carreira política, elegendose deputado federal por três vezes (Carvalho, 2013).

Assim como Marielle Franco, Jean Wyllys também se elegeu parlamentar pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Sua primeira eleição ocorreu em 2010, sendo reeleito para um segundo mandato em 2014. Sua atuação parlamentar se caracterizou pela defesa de bandeiras relacionadas aos direitos humanos, sobretudo das minorias LGBT. Sendo o único deputado assumidamente homossexual, Jean se projetou como um defensor de agendas relacionadas à bandeira da diversidade sexual, o que lhe rendeu alguns adversários políticos, como o atual presidente Jair Bolsonaro. Wyllys e Bolsonaro protagonizaram diversos embates e foram os protagonistas de episódios extremamente controversos. Dentre eles, destaca-se a sessão parlamentar de admissão do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff. Na

ocasião, Wyllys cuspiu na direção de Bolsonaro, justificando a atitude por conta de reiteradas ofensas homofóbicas proferidas pelo último. De fato, a coexistência de ambos na Câmara dos Deputados foi marcada por fortes embates que transcenderam o campo ideológico e resultaram em uma forte inimizade.

Jean Wyllys foi reeleito para um terceiro mandato como deputado federal no ano de 2018. Contudo, no dia 24 de janeiro de 2019, ele anunciou que havia decidido não tomar posse e que estaria deixando o Brasil em virtude de ameaças de morte direcionadas a ele e a seus familiares. Jean assegura que as ameaças de morte o acompanhavam desde que assumiu o seu primeiro mandato como parlamentar. Contudo, acontecimentos pontuais, como a execução de Marielle Franco e a vitória eleitoral do bolsonarismo, teriam corroborado para a sua decisão de não continuar no Brasil. Para o parlamentar, o Estado brasileiro havia falhado em prover a sua segurança; ademais, a eleição de Jair Bolsonaro, seu inimigo de longa data, poderia se desmembrar em uma possível inação por parte dos aparatos de justiça. Teria, por fim, sedimentado a decisão final de Wyllys a revelação de que parentes de milicianos haviam sido empregados em gabinetes do filho de Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro. O possível entrelaçamento entre o governo brasileiro liderado por um inimigo de longa data e grupos paramilitares teria sido determinante, portanto, para a decisão de Jean Wyllys em abandonar o cargo para o qual havia sido reeleito e deixar o país.

Mesmo após deixar a Câmara dos Deputados, Jean e sua família seguem sendo alvos de ameaças. A ameaça reproduzida abaixo sintetiza a insegurança que circundou o parlamentar durante sua atuação, além de desvelar sua possível natureza homofóbica:

Bixa desgraçada! Sei que você está na (cita o nome do suposto país onde Wyllys estaria) e provavelmente está atrás de mim. Saiba que estou armado e pronto para lhe matar. Você é a escória, você é o lixo. Você mudou-se para (cita novamente o país) e deixou todos os seus parentes no Bostil. Saiba que meu maior desejo é te decapitar e postar o vídeo na Deepweb. Você e sua querida mãe. (Megale, 2019)

Quando do anúncio da renúncia de Jean Wyllys ao cargo de deputado federal e de sua saída do Brasil, Jair Bolsonaro publicou, em seu *Twitter*, a mensagem “Grande dia!”. Seu filho Carlos Bolsonaro, vereador da cidade do

Rio de Janeiro, ironizou o acontecimento na mesma rede social: “Vá com Deus e seja feliz!” (Portal Istoé, 2019). As referidas mensagens são recorrentemente interpretadas como uma celebração da família Bolsonaro do exílio de um inimigo declarado. Recentemente, Jair Bolsonaro voltou a atacar Jean Wyllys, referindo-se a ele como “A outra menina, namorada de outro, que tá fora do Brasil” (Putti, 2019). A menção a um homossexual assumido através do termo “menina” poderia caracterizar crime de homofobia, enquadrada no Brasil como crime de racismo segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Percebem-se, com efeito, inúmeras semelhanças entre Marielle Franco e Jean Wyllys: ambos eram filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ambos defendiam os direitos humanos de minorias, ambos faziam parte de minorias em situação de vulnerabilidade (homossexuais, negros, nordestinos, favelados) e ambos eram originários de um contexto social empobrecido. Tanto Jean quanto Marielle lograram transcender as adversidades e se fazerem ouvir, primeiramente através de um ativismo em suas vidas particulares, e posteriormente através de suas atuações na condição de parlamentares eleitos, representantes de segmentos da população brasileira e partícipes da democracia no país. Ambos foram silenciados: Marielle Franco, por seu assassinato, e Jean Wyllys, pela decisão de se autoexilar, justificada por uma conjuntura extremamente adversa.

Uma outra similitude entre ambos se refere aos esforços depreendidos para deslegitimar suas bandeiras, sobretudo nas Redes Sociais. Tanto Jean Wyllys quanto Marielle Franco foram alvos de campanhas difamatórias disseminadas em grande medida na Internet. O primeiro, uma das figuras políticas mais alvejadas por notícias falsas, as *Fake News*, já teve erroneamente atribuídas a si declarações em defesa da legalização da pedofilia, por exemplo. Outrossim, Jean já foi acusado e ter sido o mandante do atentado a faca cometido contra Jair Bolsonaro e, mais recentemente, viu-se no epicentro de mais uma polêmica, ao ser acusado de ter vendido o seu mandato ao seu substituto, o deputado federal David Miranda. Já a última foi atacada sobretudo no *post mortem*. Destaca-se, nesse sentido, a declaração da desembargadora Marília Castro Neves, em sua página pessoal na rede *Facebook*:

A questão é que a tal Marielle não era apenas uma “lutadora”; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu “compromissos” assumidos por seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa “longe da favela” sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro. (Neves, 2018. como citado em Bodenmüller, 2019).

Para além de atacar Marielle, associando-a ao tráfico de drogas sem quaisquer evidências, a desembargadora também alvejou Jean Wyllys. Novamente em seu *Facebook*, Neves escreveu:

Eu, particularmente, sou a favor de um paredão profilático para determinados entes... O Jean Willis (sic), por exemplo, embora não valha a bala que o mate e o pano que limpe a lambança, não escaparia do paredão... (Neves, 2018. como citado em Partido Socialismo e Liberdade, 2018)

Marielle também foi alvo de difamações por parte de atores políticos. O então deputado federal Alberto Fraga compartilhou em seu *Twitter* a seguinte mensagem:

Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco. Engravidou aos 16 anos, ex esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival e eleita pelo Comando Vermelho, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou, foi a PM. (Fraga, 2018 como citado em Bodenmüller, 2019)

O parlamentar difunde irresponsavelmente informações falsas sobre Marielle Franco, associando-a ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Admite-se que tal estratégia discursiva busca dissuadir a comoção em torno da morte de Marielle Franco e deslegitimar as bandeiras que ela defendia. Ela passaria a ser vista como uma figura extremamente danosa, portadora de valores nocivos à sociedade brasileira. Marielle Franco e Jean Wyllys seriam nomes ilustrativos da violência discursiva que tem assolado a sociedade brasileira e caracterizado a crise democrática pela qual atravessa o país, na medida em que são apresentados como um inimigo, um “Outro” a ser combatido, e com a qual a convivência em um espaço democrático de respeito à pluralidade de ideias se torna inviável.

Cumpra destacar que Jair Bolsonaro foi o único dentre os então pré-candidatos à Presidência da República a se negar a comentar a execução de Marielle Franco. À ocasião, sua assessoria havia se limitado a dizer que “sua opinião seria polêmica demais” (Deutsche Welle, 2019). Cerca de duas semanas após a execução da vereadora, o então deputado federal justificou o seu silêncio afirmando:

A gente conhecia a vida dessa parlamentar e suas bandeiras. Se eu falasse que ela era uma pessoa extremamente boa ou extremamente má, eu teria críticas de qualquer maneira. Então resolvi permanecer em silêncio, até para não politizar o assunto. Também poderia ser acusado de estar fazendo palanque em cima disso. (Bolsonaro, J. como citado em Pragmatismo Político, 2018)

Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, assim comentou a morte da vereadora em seu Twitter:

Quase tdo (sic) PSOL, inclusive seu presidenciável, estavam no ato em apoio ao maior corrupto da Terra, Lula. Se Mariele (sic) estivesse viva provavelmente estaria lá a defender o ladrão Lula. Não desejo a morte de ninguém, mas querer meter goela abaixo que PSOL é exemplo de algo tb (sic) n (sic) dá (Bolsonaro, E. como citado em Deutsche Welle, 2019)

Nesse último discurso consegue-se ver mais claramente a associação entre o antipetismo e a reação à morte de Marielle Franco. No caso, por considerar que Marielle, se viva, teria demonstrado apoio a Lula, figura central associada ao Partido dos Trabalhadores, Eduardo Bolsonaro relativiza a comoção por sua morte, apresentando uma série de condicionantes a serem mobilizadas a fim de “metrificar” a morte de uma pessoa. Esse é um recurso recorrente no campo discursivo, manifesto, por exemplo, pela contraposição a uma morte geradora de comoção de um indivíduo pretensamente inferior, do ponto de vista moral, à morte de um indivíduo tido como moralmente superior cuja morte não gerou tanta comoção. Semelhante escala de valores é também reivindicada para pensar o exílio de Jean Wyllys. O fato de Jean ser inimigo declarado da família Bolsonaro tem resultado na utilização da influência de membros da família em favor da destruição de sua reputação. É assim que o próprio Wyllys diagnostica a situação, culpando o presidente pela circulação de *Fake News* que repercutem sobre a opinião pública e mascaram as verdadeiras razões que o levaram a deixar o país (Wyllys, 2019). Marielle Franco e Jean Wyllys são, assim sendo, exemplos de graves violações de

direitos humanos que são relativizadas no campo discursivo; e essa relativização corrobora para a criação de uma realidade altamente adversa à promoção dos direitos humanos e à efetivação da democracia.

Considerações finais

Ao longo do artigo, intentou-se desenvolver o argumento de que as duas violações de direitos humanos em questão, o assassinato de Marielle Franco e o exílio autoimposto por Jean Wyllys, podem ser compreendidos como sintomas de uma grave crise pela qual atravessa a democracia brasileira, além de evidenciarem importantes obstáculos que se interpõem à plena efetivação dos direitos humanos no Brasil contemporâneo, os quais vem sendo ressignificados, no campo discursivo, de um projeto que pretende à universalidade a um projeto de alcance limitado, restrito a “pessoas de bem” aos quais não se inseririam “esquerdistas” como Marielle Franco e Jean Wyllys.

O mesmo país que executou Marielle Franco e expurgou Jean Wyllys é também o país que vitimou Dorothy Stang, que é recordista em violência contra a mulher, que se demonstra um local altamente hostil para indivíduos transgêneros, e que diariamente violenta populações sobretudo negras e periféricas. É o país com mais mortes de defensores de direitos humanos e ambientais (Bergamo, 2018). Se assim pensadas, as violações em questão não se afiguram em excepcionalidades, mas em manifestações corriqueiras. Revestem-se, contudo, de notório poder simbólico: mesmo minorias que logram transcender situações de vulnerabilidade e se fazerem ouvir são silenciadas por um *status quo* que tende a valorizar a unissonidade de vozes acerca de determinados temas.

É de se questionar a qualidade de uma democracia em um país em que parlamentares são executados impunemente ou se veem obrigados a deixar seus cargos e país de origem. Toda uma coletividade que se via representada naqueles indivíduos se vê silenciada. Portanto, estima-se ser sintomático de uma crise democrática uma situação em que os parlamentares, importantes porta-vozes do *demos*, são silenciados em graves violações de direitos humanos.

Deve-se questionar ainda a eventual responsabilidade de líderes que, discursivamente, contribuem para a manutenção de estado de belicosidade e construção de inimigos. Como a democracia poderia funcionar se o próprio presidente da República, ponto focal de autoridade e influência, fala abertamente em metralhar inimigos e adota por símbolo máximo um gesto que reproduz uma arma de fogo? Ainda que se reconheça que democracia é um conceito polissêmico e que a forma de governo que traduz está em constante desenvolvimento (Silva, Baltar & Lourenço, 2018), considera-se que é imanente à própria concepção de democracia o respeito à diferença e a coexistência de entes plurais, com distintas visões de mundo. O radicalismo político que segrega o Brasil, criminaliza movimentos de esquerda e pavimentava o caminho de um autoritarismo respaldado na agressão discursiva e real se apresenta como um dos principais embaraços à democracia e aos direitos humanos. É sob essa ótica que os casos Jean Wyllys e Marielle Franco precisam ser vistos e analisados.

Importa frisar, finalmente, que o silenciamento de vozes de parlamentares no Brasil não parece ser um fenômeno inacabado; destacam-se, nesse sentido, as ameaças de morte a que continuam a sofrer parlamentares como Marcelo Freixo e Talíria Petrone, ambos também filiados ao Partido Socialismo e Liberdade, defensores de direitos humanos e amigos pessoais de Marielle Franco. Além deles, o deputado Edmilson Rodrigues, também do PSOL, foi hostilizado em 02 de julho de 2019 em um supermercado, sendo verbalmente atacado aos gritos de “Esses vermelhos têm que morrer” (UOL, 2019). Percebe-se claramente um padrão na seleção de alvos que sugere uma continuidade entre a deslegitimação das pautas de esquerda e a construção de um inimigo no campo discursivo, por um lado, e o direcionamento de ameaças de morte e ações de violência a esses mesmos alvos. Uma sociedade que naturaliza a violência contra parlamentares, de quaisquer filiações ideológicas, precisa repensar sua democracia e as bases em que repousam seu Estado democrático de Direito. Enquanto persistir esse estado de beligerância que resulta na execução, violência e no exílio de parlamentares, fomentado por importantes líderes políticos e formadores de opinião, a democracia brasileira será uma mera formalidade, com manifestações episódicas de estabilidade e

euforia, mas que, ao final, se revelará como um projeto ainda distante, um “sonho efêmero”.

Referências Bibliográficas

- Ashley, R. K. (1988). Untying the sovereign State: a double reading of the anarchy problematique. *Millennium: Journal of International Relations*, 17(2), 227-262. doi: 10.1177/03058298880170020901. .
- Bergamo, M. (2018, julho). Brasil é o país com mais mortes de defensores de direitos humanos e ambientais. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/07/brasil-e-o-pais-com-mais-mortes-de-defensores-de-direitos-humanos-e-ambientais.shtml>.
- Bodenmüller, L. (2019, março 14). Um ano depois, difusores de notícias falsas contra Marielle seguem impunes. *Agência aos Fatos*. Recuperado de <https://aosfatos.org/noticias/um-ano-depois-difusores-de-noticias-falsas-contra-marielle-seguem-impunes/>.
- Campbell, D. (1998). *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Carvalho, I. (2013, agosto 12). Entrevista com Jean Wyllys: “Não é fácil lidar com a estupidez”. *Revista Fórum Semanal*. Recuperado de <https://revistaforum.com.br/digital/124/entrevista-com-jean-wyllys-nao-e-facil-lidar-com-a-estupidez/>.
- Comparato, F. K. (2015). *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos* (7a ed). São Paulo: Saraiva.
- Costa, P. (Diretora). (2019). Democracia em vertigem [Documentário]. Brasil: Netflix.
- Deutsche Welle. (2019, março 14). A postura do clã Bolsonaro no caso Marielle. *Revista Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-postura-do-cla-bolsonaro-no-caso-marielle/>.
- Flauzina, A. L. P. (2019). Democracia genocida. In R. Pinheiro-Machado, & A. Freixo, A. (Orgs.), *Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Franco, M. (2014). *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. Recuperado de <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>.

- Franco, M. (2016, setembro 24). Quem é Marielle Franco? [Arquivo de vídeo]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?time_continue=102&v=DPS2o7VgwJA.
- Freixo, A; Pinheiro-Machado, R. (2019). Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In R. Pinheiro-Machado, & Freixo, Adriano (Orgs.), *Brasil em transe: Bolsonaro, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Fuks, R. (2019). Marielle Franco: política e socióloga brasileira. *E Biografia*. Recuperado de: https://www.ebiografia.com/marielle_franco/.
- Hunt, L. (2009). *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kokay, E. (2018, outubro 29). Bolsonaro em 25 frases polêmicas. *Deutsche Welle*. Recuperado de [https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-em-25-frases-polêmicas/a-46065201](https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-em-25-frases-pol%C3%AAmicas/a-46065201).
- Lima, M. R. S., & Albuquerque, M. (2019, janeiro-março). O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. *Boletim OPSA*, 01, 15-21. Recuperado de http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf.
- Megale, B. (2019, janeiro 28). Jean Wyllys continua recebendo ameaças: ‘Meu maior desejo é te decapitar’. *Ibahia*. Recuperado de <https://www.ibahia.com/brasil/detalhe/noticia/jean-wyllys-continua-recebendo-ameacas-meu-maior-desejo-e-te-decapitar/>.
- Messenberg, D. (2019). A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In R. Pinheiro-Machado, & Freixo, Adriano (Orgs.), *Brasil em transe: Bolsonaro, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Moisés, J. A. (2013). Democracia. In G. Di Giovanni; & M. A. Nogueira (Orgs.); *Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo: FUNDAP.
- O Globo. (2018, março 16). Um assassinato, 46.502 votos, milhares de brasileiros. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/rio/um-assassinato-46502-votos-milhares-de-brasileiros-22495345>. Acesso em 30/06/2019.
- Organização das Nações Unidas. (2009).. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UNIC/RIO. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.
- Origem da Palavra. (2017, maio 30). Palavra Parlamento. Recuperado de <https://origemdapalavra.com.br/palavras/parlamento/>.
- Partido Socialismo e Liberdade. (2018, março 19). PSOL-RJ denuncia desembargadora por pedir fuzilamento de Jean Wyllys. Recuperado de <http://psol50.org.br/psol-rj-denuncia-desembargadora-por-pedir-fuzilamento-de-jean-wyllys/>.

- Portal Istoé. (2019, janeiro 24). Família Bolsonaro “comemora” saída de Jean Wyllys do Brasil. Recuperado de <https://istoe.com.br/familia-bolsonaro-comemora-saida-de-jean-wyllys-do-brasil/>.
- Pragmatismo Político. (2018, março 19). Bolsonaro fala pela 1ª vez sobre execução de Marielle Franco. Recuperado de <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/03/bolsonaro-fala-pela-1a-vez-marielle-franco.html>.
- Putti, A. (2019, janeiro 21). Bolsonaro comete homofobia ao se referir a Jean Wyllys, diz advogado. *Revista Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-comete-homofobia-ao-se-referir-a-jean-wyllys-diz-advogado/>.
- Reis, G. S., & Soares, G. (2017). O Fascismo no Brasil: O Ovo da Serpente chocou. 2017. *Desenvolvimento em Debate*, 5(1), 51-71. Recuperado de https://www.academia.edu/33864027/O_Fascismo_no_Brasil_o_Ovo_da_Serpente_Chocou.
- Sahntler, A. R., & Sahntler, M. R. (2016, junho). Representação e Parlamento: Uma abordagem sociogenética. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(91), 01-16. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n91/0102-6909-rbcsoc-3191052016.pdf>.
- Santos, M. A, Jr. (2019). *#VaipraCuba!: a gênese das redes de direita no Facebook*. Curitiba: Appris, 2019.
- Silva, S., Baltar, P., & Lourenço, B. (2018). Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. In M. V. E. González, & D. U. Cruz (Orgs.), *Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados*. Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Teixeira, D. B. As Jornadas de Junho de 2013 e a crise da democracia. *Revista IHU On-Line*. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>.
- UOL. (2019, julho 07). Deputado do PSOL é hostilizado em supermercado: “Vermelhos têm que morrer”. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/02/deputado-do-psol-e-agredido-em-supermercado-em-belem.htm/>.
- Wyllys, J. (n.d.). Sobre o autor. Recuperado de <https://jeanwyllys.blogosfera.uol.com.br/>.
- Wyllys, J. (2019, junho 19). Eu acuso o Presidente da República. Recuperado de <https://jeanwyllys.blogosfera.uol.com.br/>.